A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA LEGAL BRASILEIRO

Autor(res)

Jocelino Tramontin Da Silva
Sandro Néfi Silveira De Figueredo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

A excessiva judicialização na sociedade atual brasileira acaba tornando o sistema legal lento e ineficiente. A Inteligência Artificial (IA), por sua capacidade de análise de dados superior ao do ser humano, poderia agilizar os processos repetitivos e de menor teor decisório.
A automação de processos jurídicos não apenas agiliza o processamento de casos por parte do Judiciário e reduz os custos operacionais para o Estado, mas também contribui para a sustentabilidade do sistema jurídico.
Outro campo que traria benefícios significativos seria no dos serviços advocatícios, democratizando através da otimização do tempo do investido nos casos dos clientes assim gerando uma redução nos custos de honorários, possibilitando assim que pessoas com menor poder aquisitivo também tenham acesso aos serviços.

Objetivo

O escopo do presente estudo é uma análise quanto as contribuições que a Inteligência Artificial pode trazer para o campo jurídico, assim como dar publicidade às iniciativas já em execução.
Não possuímos, nem de forma remota, esgotar o tema, mas sim, trazer uma visão da IA para as atividades jurídicas. Convicto de que o tema em estudo será objeto de novas pesquisas futuras.

Material e Métodos

Para a busca do material com conteúdo relevante para a elaboração deste trabalho foi feito uma pesquisa bibliográfica para a coleta de dados e leitura de obras acadêmicas.
Os principais termos utilizados foram: sustentabilidade jurídica, Inteligência Artificial e sistema legal brasileiro.
Após a leitura dos respectivos resumos e das respectivas introduções dos artigos selecionados inicialmente foi, então, feita uma triagem na qual apenas os artigos após 2019 permaneceram como fonte de dados e informações.

Resultados e Discussão

Dentre as principais contribuições estão a capacidade de compilação e classificação de dados, assim como de pesquisa jurídica utilizando algoritmos que identificam aspectos relevantes da jurisprudência e da doutrina, tornando assim a IA fonte de informações relevantes para a então tomada de decisões.
O sistema SAPIENS da Advocacia Geral da União (AGU) demonstra tal potencial já que além de automatizar

registro da produção jurídica também sugere teses jurídicas cabíveis, auxiliando assim na tomada de decisões.
Outro projeto exitoso é o RADAR, utilizado pelo TJMG para “agrupar” processos idênticos possibilitando a realização de julgamentos conjuntos, economizando assim recursos públicos e dando agilidade aos processos.
No âmbito privado a plataforma Watson automatiza tarefas manuais e repetitivas, permitindo assim que os profissionais dediquem mais tempo a atividades de maior valor agregado, como análise crítica, atendimento ao cliente e estratégia legal.

Conclusão

A implementação de soluções de Inteligência Artificial nos processos jurídicos se prova eficaz pois democratiza o acesso aos serviços advocatícios. As reduções de prazos também são notáveis nos órgão públicos, gerando assim uma diminuição dos custos operacionais do sistema legal como um todo.

Referências

LONGUINI, Regina Célia Ferrari; DENARDI, Eveline. O uso da inteligência artificial como instrumento de promoção de sustentabilidade no Poder Judiciário brasileiro: os impactos da justiça 4.0. Revista Jurídica da Escola do Poder Judiciário do Acre, ano, v. 1, p. 146-160, 2021.
MENDES, Marcelo Barros; CONTANI, Eduardo. Inteligência artificial e a promoção da sustentabilidade: uma perspectiva à luz da análise econômica do direito. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, v. 7, n. 2, p. e061-e061, 2022.
STAATS, Sabrina; DE MORAIS, Fausto Santos. A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO COMO EXERCÍCIO DE SUSTENTABILIDADE. Revista Ilustração, v. 1, n. 2, p. 7-18, 2020.